ATO PGJ Nº 665/2017

Aprova o Regimento Interno do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO do Ministério Público do Estado do Piauí.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no exercício de suas atribuições legais, especialmente as definidas no art. 12, V da Lei Complementar Estadual nº 12/93 e no art. 10, V da Lei Federal nº 8.625/1993;

CONSIDERANDO a instituição do GAECO, por meio da Resolução CPJ/MP-PI nº 02/2007 e do Ato PGJ nº 165/2010,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO do Ministério Público do Estado do Piauí, conforme Anexo Único deste Ato, atribuindo-lhe caráter normativo.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 03 de abril de 2017.

CLEANDRO ALVES DE MOURA
Procurador Geral de Justiça

REGIMENTO INTERNO
GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO -
GAECO

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Regimento regula o funcionamento do GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO-GAECO do Ministério Público do Estado de Piauí.

Parágrafo único. A atuação do GAECO será exercida por determinação do Procurador Geral de Justiça, de ofício ou por meio de cooperação às Promotorias de Justiça com atribuição criminal, mediante solicitação formal do órgão de execução, nos termos da Resolução nº 02/2007, do CPMP/PI, observado o presente Regimento Interno.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º O GAECO/PI será composto por, no mínimo, 03 (três) Membros do Ministério Público, subordinados ao Procurador-Geral de Justiça, e por este designados, nos termos da Resolução nº 02/2007, do CPJ/MP-PI, ou atos que a substituïrem ou modificarem.

Art. 3º O GAECO/PI terá a seguinte estrutura:

I – Coordenação Geral: a cargo de um membro, escolhido e designado pelo Procurador Geral de Justiça, com a atribuição de gerenciar os trabalhos do Grupo e revisar peças jurídicas;

II – Núcleo Operacional: formado por membros e servidores, com atribuição de definir o planejamento e as estratégias operacionais, se relacionar com a Justiça e demais órgãos e entes parceiros do Grupo; elaborar peças jurídicas, após distribuição determinada pelo Coordenador Geral, em Procedimentos investigatórios Criminais, Notícias de Fato, peças de informações, demais procedimentos administrativos e processos judiciais;

III – LAB-LD (SIMBA/FISCAL): responsável pela análise e gerenciamento de dados extraídos dos sistemas de quebra dos sigilos fiscal e bancário;

IV – Núcleo de Análises: responsável pela coleta de informações em fontes abertas, fontes conveniadas, estabelecimento de vínculos e análises de documentos e de dados proveniente da quebra do sigilo telemático;

V – Núcleo de Operações de Inteligência: responsável por diligências de campo, levantamentos, escutas ambientais, monitoramento, intimações e avaliação do planejamento das operações;

VI – Núcleo de Operacional e Ostensivo: responsável pelo cumprimento de mandados judiciais, a exemplo de busca e apreensão, prisão e conduções coercitivas;

VII – Núcleo de Interceptações: responsável pelo acompanhamento dos áudios desviados e sua degravação, e pela elaboração do respectivo relatório;

VIII – Núcleo de Tecnologia: responsável pela manutenção da rede e equipamentos de TI do GAECO; pelo desenvolvimento de produtos de tecnologia que auxiliem os demais núcleos em suas atividades fins; pela extração de dados de *hardwares* e softwares apreendidos;

IX – Núcleo de Apoio Provisório ao GAECO: formado por equipes e profissionais de outras instituições, que auxiliam, esporadicamente, o GAECO, sobretudo na análise de dados e emissão de pareceres técnicos;

X – Núcleo de Administrativo: responsável pela continuidade e eficiência dos serviços e estrutura do GAECO, acompanhamento de licitações de interesse do Grupo, bem como pelas atribuições da Secretaria do GAECO, conforme o artigo 5º;

XI – Núcleo de Segurança Orgânica do GAECO/PI: responsável por fiscalizar, acompanhar e orientar a segurança das instalações; produzir conhecimento sobre possíveis ameaças e vulnerabilidades à estrutura do GAECO, aos membros e aos servidores do órgão; realizar plano de contrainteligência; orientar quanto ao tratamento dos documentos de inteligência e segurança da informação;

XII – Núcleo de Jurídico: formado por Analistas, Técnicos e Assessores, responsável pelo apoio jurídico ao Coordenador e aos demais membros do GAECO e o acompanhamento dos processos judiciais com atribuição do GAECO;

CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DO GAECO

Art. 4º A unidade do GAECO funcionará em sede própria, no município de Teresina/PI, e contará com uma Secretaria, composta por servidores do Ministério Público do Estado de Piauí.

Art. 5º São atribuições da Secretaria do GAECO:

I - abrir, autenticar e encerrar documentos e correspondências, bem como manter atualizados os livros de atas, os arquivos e a documentação do GAECO;

II - secretariar as reuniões e eventos promovidos pelo GAECO e lavrar as respectivas atas;

III- fornecer certidões dos atos do GAECO, mediante autorização expressa do Coordenador;

IV - publicar e remeter as orientações do GAECO aos órgãos de execução;

V - executar e fazer cumprir as determinações da Coordenação Geral e membros lotados no GAECO;

VI - distribuir notícias de fato e PICs aos membros do GAECO, após determinação do Coordenador;

VII - exercer outras funções que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador Geral, na esfera das atribuições do GAECO.

Art. 6º Ordinariamente, o GAECO se reunirá uma vez por semana para deliberações sobre as solicitações de atuação e outros assuntos incluídos em pauta pelo Coordenador Geral.

Parágrafo único. Extraordinariamente, o GAECO se reunirá sempre que for necessário adotar providências urgentes na sua área de atuação.

Art. 7º O GAECO, por meio de seu Coordenador Geral, apresentará relatório circunstanciado de suas atividades, mensalmente, ao Procurador-Geral de Justiça.

CAPÍTULO IV DA SOLICITAÇÃO DE COOPERAÇÃO E AUXÍLIO PELO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO

Art. 8º A solicitação de cooperação e auxílio deve ser encaminhada pelo membro interessado ao Coordenador Geral do GAECO, por meio do formulário constante no Anexo Único deste Regimento Interno.

Parágrafo único. Não será admitida a remessa de autos de procedimento investigatório criminal, de ação judicial ou de quaisquer peças de informação com a solicitação de atuação antes da deliberação do GAECO sobre o pedido de atuação conjunta.

Art. 9º Recebido o pedido de atuação conjunta, o Coordenador do GAECO dará conhecimento aos demais integrantes do Grupo, que decidirá sobre o pedido, no prazo de até 30 (trinta) dias, observando, além da presença de indícios razoáveis da existência de

organização criminosa, na forma da Lei Federal nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, os seguintes critérios, alternativamente:

- I - gravidade do objeto da investigação/atuação;
- II - área de atuação da organização;
- III - grau de complexidade do funcionamento da organização criminosa;
- IV - grau de periculosidade dos membros da organização criminosa;
- V - necessidade de urgência na adoção de medidas;
- VI - risco de ineficácia das investigações, caso conduzidas localmente.

§1º Acolhido o pedido de atuação conjunta, o solicitante será comunicado, por e-mail ou por aviso de recebimento, da forma e extensão do auxílio, e receberá as primeiras orientações para que este seja efetivado.

§2º Caso seja decidido que a solicitação não se enquadra nos critérios deste artigo, o solicitante será comunicado da deliberação, por e-mail ou por aviso de recebimento, com registro dos fundamentos da decisão.

Art. 10 A atuação do GAECO será formalizada por meio da juntada aos autos do procedimento investigatório ou da ação judicial de cópia da decisão de deferimento do pedido de atuação conjunta, bem como cópia do ato de designação dos membros integrantes da unidade.

§1º O Promotor de Justiça natural elaborará relatório reservado contendo, entre outros dados, suas considerações ou primeiras conclusões acerca dos fatos em investigação, diligências ainda não realizadas e que entenda pertinentes e outros elementos úteis ao esclarecimento dos fatos que sejam de seu conhecimento, ainda que sem a correspondente prova ou que esta se apresente inviável de ser produzida no âmbito da Promotoria de Justiça.

§2º O relatório disposto no parágrafo anterior deverá ser encaminhado via e-mail institucional do GAECO, prestando-se exclusivamente à orientação da condução dos trabalhos, não constituindo documento para juntada aos autos.

CAPÍTULO V

DA ATUAÇÃO DO GAECO EM CONJUNTO COM ÓRGÃO DE EXECUÇÃO

Art. 11. O GAECO atuará em conjunto com o órgão de execução com atribuição para atuar

no caso concreto, mediante solicitação formal deste, conforme modelo do Anexo Único.

§1º Quando a notícia de fato for dirigida diretamente a unidade do GAECO, esta provocará a atuação do órgão de execução com atribuições para o caso, sem prejuízo da imediata averiguação da verossimilhança das informações recebidas.

§2º Em qualquer hipótese, a atuação do GAECO poderá restringir-se à prática de determinados atos, cabendo ao respectivo órgão de execução as funções ministeriais nos demais ou prosseguindo o acompanhamento de eventuais ações judiciais propostas.

§3º Compete ao membro responsável pela condução de procedimento administrativo ou processo judicial em que tenha sido deferida atuação conjunta do GAECO comunicar ao Coordenador da correspondente unidade, qualquer situação que importe alteração de sua atribuição, tais como nova distribuição de atribuições entre Promotorias de Justiça, movimentação na carreira e afastamentos, entre outros.

§4º Na comunicação citada no parágrafo anterior deverá constar também a indicação do novo órgão de execução responsável pelo procedimento administrativo ou processo judicial em questão.

§5º Compete ainda ao órgão de execução que deixar de ter atribuições para condução do procedimento administrativo ou processo judicial em que tenha sido deferida atuação conjunta do GAECO, nas hipóteses do §3º, informar seu substituto sobre a atuação.

§6º Caso o órgão de execução entenda não ser mais necessária a atuação conjunta com o GAECO, deverá, por meio de ofício, comunicar o Coordenador da unidade responsável pela atuação, afastando-se, imediatamente, a possibilidade de atuação dos membros do Grupo no procedimento especificado.

Art. 12. Nos casos de atuação do GAECO, o órgão de execução preserva a responsabilidade pelo andamento dos procedimentos e ações judiciais.

§1º Quando, em função da atuação do GAECO, houver remessa de autos de procedimentos investigatórios, peças de informação ou processo judicial à sede da unidade, enquanto os autos permanecerem sob análise do Grupo, caberá aos membros deste promover sua movimentação e registros respectivos no SIMP, sem prejuízo do disposto no caput deste artigo.

§2º Propostas as ações judiciais, seu acompanhamento até final julgamento caberá ao órgão de execução, ressalvada necessidade devidamente justificada, quando a atuação poderá ocorrer de forma conjunta.

Art. 13. As diligências serão realizadas preferencialmente, no âmbito da Comarca, pelo respectivo órgão de execução.

Art. 14. Na hipótese de o fato apurado em inquérito policial ou procedimento investigatório criminal configurar também ilícito de natureza extrapenal, o GAECO poderá, mediante prévia solicitação formal do órgão de execução, adotar, com a participação deste, as medidas judiciais ou extrajudiciais cabíveis, tais como a propositura de ação de improbidade administrativa e medidas cautelares para garantia de ressarcimento do erário.

CAPÍTULO VI

Seção I

Da Segurança das Áreas e das Instalações

Art. 15. O cidadão que desejar adentrar no interior do GAECO deverá apresentar documento de identificação e será registrado no Livro de Registro de Entrada e Saída de Pessoas.

§1º Será utilizado crachá de identificação pelo visitante que obtiver autorização de acesso.

§2º O servidor plantonista usará detector de metais para localizar armamento em poder do visitante, em não havendo cooperação, em casos extremos, será feita a revista pessoal.

§3º Todo e qualquer incidente que fuja a normalidade será registrado no Livro de Plantão.

§4º A resistência a revista implica no impedimento do acesso ao interior do GAECO, sem prejuízo de outras medidas autorizadas em Lei, reservadas para o caso de desacato, desobediência, resistência, etc.

§5º Poderá ser exigido ao visitante que desligue seu telefone celular durante a permanência no GAECO.

§6º Não será permitido o acesso de visitantes ao GAECO portando filmadoras, câmaras fotográficas, gravadores e equipamentos similares, os quais deverão permanecer na recepção.

Art. 16. As salas são dotadas de placas indicativas dos seguintes graus de acesso:

I - área de acesso livre;

II - área de acesso restrito;

III - área de acesso exclusivo.

§1º Todos os servidores que dispuserem de chaves de acesso assinarão termo de responsabilidade, assumindo o compromisso de não efetuar cópias ou transferi-las a terceiros, salvo autorização expressa por escrito do Coordenador do GAECO.

§2º O furto, extravio ou desaparecimento de chaves deverá ser comunicado por escrito ao Coordenador do GAECO.

§3º Durante o expediente todas as portas das salas do GAECO permanecerão fechadas, ainda que não estejam trancadas.

Seção II

Da Segurança de Documentos e Materiais

Art. 17. Todos os rascunhos, anotações, carbonos, cópias e documentos similares que forem descartados na execução do trabalho serão triturados e recolhidos em lixeiras seletivas, para posterior incineração.

§1º Em caso de dúvida acerca da destruição de determinados documentos, o Coordenador do GAECO será consultado e decidirá a questão.

§2º Todos os documentos, sem exceção, serão manuseados e transportados em pastas ou envelopes.

§3º O manuseio de papéis é limitado ao seu usuário, o qual deverá recolhê-los no caso de aproximação de pessoas.

§4º A mesa de trabalho será organizada de modo a impedir o acesso de terceiros acerca do seu conteúdo e após o seu uso ou ao final do expediente, serão guardados em gavetas chaveadas, sob responsabilidade do usuário.

Art. 18. A remessa ou envio de documentos através de mensageiro, independentemente do grau de sigilo, somente será entregue pessoalmente ao destinatário, salvo orientação em contrário do emitente da mensagem.

Art. 19. A Secretaria do GAECO e, excepcionalmente, o plantonista, em feriados e finais de semana, ao receber documentos e correspondências, verificará se há indícios de violação ou irregularidade no seu recebimento.

§1º Constatada violação, o fato será comunicado por Comunicação Interna-CI, ao Coordenador do GAECO.

§2º Qualquer vestígio de violação de arquivos, gavetas, desaparecimento de documentos e adulteração, deverá ser comunicada imediatamente por Comunicação Interna-CI, ao Coordenador do GAECO.

Seção III Da Segurança da Informação

Art. 20. Devem ser efetuadas cópias de segurança (backups) em todos os arquivos diariamente.

Art. 21 As senhas de acesso são de uso exclusivo do seu usuário, que em hipótese alguma poderá repassá-las a terceiros, sob pena de responsabilização administrativa, cível e criminal.

Art. 22. Nenhum documento particular poderá ser armazenado no servidor do GAECO.

Art. 23. É vedado o acesso a site alheio às atividades do GAECO, notadamente aqueles de natureza pornográfica, comercial e de jogos, sob pena de responsabilidade cível, criminal e administrativa, na forma da lei.

Art. 24. O membro ou servidor durante a utilização de estação de trabalho deverá ativar o bloqueio de tela com senha no caso de aproximação de terceiras pessoas.

Art. 25. É vedada a instalação de qualquer programa que não seja do interesse do GAECO, bem como abrir e-mail de origem duvidosa ou contendo anexos não requisitados.

Art. 26. Qualquer vestígio de violação, desaparecimento e sabotagem consistente em avarias e defeitos mecânicos em equipamentos, programas ou arquivos de informática deverá ser comunicado imediatamente ao coordenador do GAECO.

Art. 27. Deverá ser efetuada diariamente atualização no programa de antivírus.

Art. 28. Os membros e servidores lotados no GAECO deverão se submeter às regras a serem estabelecidas na política de segurança institucional da área de informática.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. As deliberações do GAECO serão tomadas por maioria de votos, devendo ser registrado eventual voto divergente.

Parágrafo único. No caso de empate nas deliberações acerca das solicitações de atuação do GAECO, a deliberação será pela atuação.

Art. 30. Aplica-se, no que couber, os atos normativos vigentes no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí.

Art. 31. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação

Teresina, 03 de abril de 2017.

ANEXO ÚNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO-
GAECO

Informações sobre o Solicitante

Promotor(a) de Justiça:

Promotoria de Justiça:

Telefones de Contato:

E-mail institucional:

Forma de Exercício na Promotoria de Justiça:

Titular Substituto Cooperador

Designação sem prejuízo de atribuições

Outros: _____

Informações sobre procedimentos em que requer atuação

Procedimento

Número do procedimento:

Data da Instauração:

Objeto da Investigação (descrição detalhada):

Elementos de Prova Existentes (descrição detalhada):

Forma de Atuação Pretendida (explicar):

Razões que Justifiquem a Atuação:

Informações Complementares

Observações:

Data da solicitação: